

AO JUÍZO DA xª VARA DE FAMÍLIA E DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES DE
XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Processo nº: xxxxxxxxxxxxxx

Apelante: xxxxxxxxxxxxxx

Apelados: xxxxxxxxxxxxxxxxx e xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Fulana de tal e fulna de tal, representadas por fulana, já qualificadas nos autos em epígrafe, pela Defensoria Pública do xxxxxxxxxxxx, vêm, a este Juízo, apresentar CONTRARRAZÕES ao recurso de apelação ID xxxxxxxxxxxxxxxxx.

Deste modo, requer sejam juntadas as anexadas contrarrazões e, após o processamento, sejam os autos encaminhados ao Tribunal de Justiça do xxxxxxxxxxxxxx, onde haverá de se negar provimento ao recurso.

Nesses termos, pede
deferimento.

XXXXXXXXXX

[illegible]

x Defensora Pública do xxxxxxxx

AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Processo nº: xxxxxxxxxxxx

Apelante: xxxxxxxxxxxx

Apelados: xxxxxxxxxxxx e xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

**CONTRARRAZÕES DE
APELAÇÃO**

SÍNTESE DO PROCESSO

Trata-se de ação de revisão de alimentos ajuizada por xxxxxxxxxxxx em face de suas filhas, xxxxxxxxxxxx e xxxxxxxxxxxx, representadas por sua genitora, xxxxxxxxxxxx.

Afirma, em síntese, que nos autos da ação de revisão de alimentos nº. xxxxxxxxxxxx, restou definida a obrigação de prestar alimentos no valor de 22% (vinte de dois por cento) do salário mínimo, sendo metade para cada filha. Alega que, à época em que foi determinada a obrigação, não possuía vínculo empregatício e a porcentagem foi fixada sobre o valor do salário mínimo, mas que atualmente trabalha como motorista na empresa Germana Industria de Alimentos Ltda. e auferir renda mensal de R\$ (1.272,93 (mil duzentos e setenta e dois reais e noventa e três centavos). Alegou, ainda, que possui seis filhos. Por essa razão, pleiteou a revisão dos alimentos para reduzi-los a 12% (doze por cento) de seus rendimentos brutos, sendo 6% (seis por cento) para cada filha.

Em contestação, as apeladas alegaram que o percentual requerido de 6% dos rendimentos brutos do apelante corresponderia a apenas R\$ 73,51 (setenta e três reais e cinquenta e um centavos), o que não atende ao mínimo existencial. Além disso, informaram que a genitora não possui condições de arcar de forma exclusiva com os gastos das filhas, uma vez que auferir renda de aproximadamente R\$ 2.160,00 (dois mil cento e sessenta reais).

Ressaltaram, ainda, que a primeira apelada, xxxxxxxxxxxx, possui epilepsia mioclônica. Assim, ainda que realize o tratamento junto à rede de saúde pública e compre os medicamentos na farmácia popular, eventualmente sua genitora precisa arcar sozinha com exames na rede privada. Informaram que os gastos com

medicamentos por mês é em torno de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

O juízo *a quo* julgou improcedente o pedido do autor, ante a ausência de qualquer circunstância objetiva que justifique a revisão dos alimentos já fixados (sentença ID xxxxxxxxxxxxxxxxx).

O genitor apresentou recurso de apelação em face da referida sentença, sustentando, em suma, a degradação de sua capacidade financeira e a alteração do trinômio necessidade x possibilidade x proporcionalidade.

Eis a síntese necessária.

DO DIREITO

Preliminarme

nte Da

tempestividad

e

A Defensoria Pública xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx foi intimadada para apresentar contrarrazões em 31/07/2023. Considerando a prerrogativa de prazo em dobro conferida à Defensoria Pública, o termo final do prazo encerrará em 13/09/2023.

Do mérito recursal

Da ausência de mudança significativa na situação financeira do alimentante

O artigo 1.699 do Código Civil dispõe que, quando sobrevier mudança na situação financeira do alimentante ou do alimentando, poderá o interessado reclamar ao juiz, conforme as circunstâncias, a exoneração, a redução ou a majoração do encargo:

Art. 1.699. Se, fixados os alimentos, sobrevier mudança na situação financeira de quem os supre, ou na de quem os recebe, poderá o interessado reclamar ao juiz, conforme as circunstâncias, exoneração, redução ou majoração do encargo.

No mesmo sentido, a Lei n. 5.478 de 25 de julho de 1968, em seu artigo 15, prevê a possibilidade de revisão da ação de alimentos, em face da modificação da situação financeira dos interessados:

Art. 15. A decisão judicial sobre alimentos não transita em julgado e pode a qualquer tempo ser revista, em face da modificação da situação financeira dos interessados.

Assim, para que haja a revisão dos alimentos fixados, faz-se imprescindível a demonstração de circunstância objetiva que altere o equilíbrio da equação necessidade- possibilidade. É necessário que haja uma efetiva mudança na situação financeira de quem paga ou de quem recebe os alimentos, comprovada por elementos probatórios sólidos e atualizados. Além disso, a alteração financeira deve ser significativa, de forma a impactar substancialmente a capacidade de cumprir a obrigação ou a necessidade de recebê-la.

Nesse sentido, a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios:

APELAÇÃO CÍVEL. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. VIOLAÇÃO. NÃO VERIFICADA. PRELIMINAR REJEITADA. REVISÃO DE ALIMENTOS. MUDANÇA NA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO ALIMENTANTE. NÃO DEMONSTRAÇÃO. NASCIMENTO DE NOVO FILHO. DIMINUIÇÃO DA CAPACIDADE ECONÔMICA. COMPROVAÇÃO NECESSÁRIA. EMPRÉSTIMO BANCÁRIO. ATO VOLUNTÁRIO. 1. A lei processual civil exige que o recurso contenha os fundamentos de fato e de direito com os quais a parte recorrente impugna a sentença atacada (art. 1.010, II e III, do CPC/2015). Se o recorrente expõe as razões, de fato e de direito, pelas quais entende que deve ser anulada ou reformada a sentença recorrida, havendo clara fundamentação da insurgência recursal e pedido de reforma, não há ofensa ao princípio da dialeticidade. 2. Nos termos do artigo 1.699 do Código Civil, a revisão de alimentos deve ocorrer quando sobrevier mudança na situação financeira de quem os supre, ou na de quem os recebe, por fato posterior à fixação dos alimentos em vigor. 3. Inexistente qualquer documento que demonstre a capacidade financeira do alimentante à época da fixação dos alimentos, bem como qualquer documento que comprove sua situação atual de alegado desemprego, não é possível verificar a redução de suas possibilidades econômicas. 4. O nascimento de um novo filho não é suficiente, por si só, a acarretar a revisão da obrigação alimentar, sendo necessária a efetiva comprovação, pelo alimentante, da redução de sua situação financeira, apta a afetar o equilíbrio do binômio necessidade-possibilidade. 5. A contratação de empréstimo bancário não é, em regra, capaz de ensejar a revisão da prestação alimentícia, porquanto trata-se de ato voluntário assumido espontaneamente pelo alimentante e que não pode se sobrepor ao direito do alimentando, especialmente se não há qualquer demonstração de reversão em prol de seu sustento ou benefício. 6. Preliminar de não conhecimento rejeitada. Apelação conhecida e não provida. (TJ-DF 07023601720188070016 - Segredo de Justiça 0702360- 17.2018.8.07.0016, Relator: ANA CANTARINO, Data de Julgamento: 09/10/2019, 8ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 22/10/2019 . Pág.: Sem Página Cadastrada.)

No presente caso não houve demonstração de mudança significativa na situação financeira do alimentante. Quando da fixação dos alimentos, por estar desempregado, foi utilizado como base de cálculo o valor do salário mínimo, que é bem próximo da atual remuneração informada pelo apelante, de R\$ 1.272,93 (mil duzentos e setenta e dois reais e noventa e três centavos). Além disso, o apelante já possuía outros três filhos.

Assim, verifica-se que o autor não se desincumbiu do ônus que lhe

competia de provar o fato constitutivo de seu direito (art. 373, inciso I, do CPC). Logo, o pleito do alimentante para

revisão dos alimentos não se sustenta diante da falta de comprovação de uma mudança financeira significativa que justifique a redução da obrigação alimentar.

Do mínimo existencial

O mínimo existencial abrange um conjunto de condições necessárias para garantir a subsistência digna e adequada de um indivíduo. Essa noção está intimamente relacionada à proteção dos direitos fundamentais, especialmente aqueles ligados à dignidade da pessoa humana. O mínimo existencial abrange aspectos essenciais como alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário e lazer, sendo considerado um patamar mínimo que deve ser garantido a todos.

O mínimo existencial permeia a obrigação alimentar ao estabelecer os parâmetros para garantir que os alimentos sejam suficientes para suprir as necessidades essenciais do beneficiário, assegurando assim a sua dignidade e o respeito aos seus direitos fundamentais.

Verifica-se que a fixação dos alimentos no patamar pretendido pelo apelante não atende ao mínimo existencial.

O patamar atualmente fixado para as apeladas, correspondente a 11% (onze por cento) do salário mínimo para cada filha, já se encontra abaixo do mínimo existencial. Esse valor consiste em uma prestação diária de aproximadamente R\$ 5,00 (cinco reais) por filha, o que é insuficiente para garantir um padrão de vida minimamente adequado.

Já porcentagem pretendida pelo apelante equivale a aproximadamente R\$ 73,51(setenta e três reais e cinquenta e um centavos) por filha, o que consiste em uma prestação diária de R\$ 2,45(dois reais e quarenta e cinco centavos) por filha, está abaixo até da linha da pobreza estabelecida em US\$ 1,00 (um dólar).

O valor é flagrantemente insuficiente para suprir as necessidades básicas das adolescentes, tais como alimentação adequada, vestuário, moradia, educação e saúde, especialmente considerando as necessidades de tratamento médico da primeira apelada, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, que possui epilepsia mioclênica. Além disso, não é compatível com a realidade de custos para assegurar um desenvolvimento sadio e apropriado, uma vez que não engloba outros aspectos relevantes como lazer e bem-estar.

Diante disso, é evidente que o patamar pretendido pelo apelante não atende ao mínimo existencial necessário para assegurar uma vida digna e adequada às apeladas. A fixação dos alimentos em um valor tão reduzido, abaixo das necessidades básicas, violaria o princípio fundamental da dignidade da pessoa humana e prejudicaria gravemente o desenvolvimento físico,

emocional e intelectual das adolescentes.

Nesse contexto, é essencial que o pedido de revisão dos alimentos seja julgado improcedente, a fim de preservar a obrigação alimentar fixada anteriormente

DOS PEDIDOS

Em face de todo o exposto, requer-se:

a) que seja o presente recurso conhecido e no mérito improvido, ante a carência de razões jurídicas, mantendo-se integralmente a decisão *a quo*.

b) a condenação do apelante ao pagamento de honorários sucumbenciais, em favor do Fundo de Aparentamento da Defensoria Pública do XXXXXXXXXXXX

Nesses termos, pede
deferimento.

FULANA DE TAL

Defensora Pública do

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

